



Relatório Anual

Exercício 2010

Tractebel Energia
GDF SUEZ

1ª Emissão de Debêntures Simples

Rating – Emissão: Fitch Ratings: AA+
Standard & Poor's: brAA+

planner 

ÍNDICE

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA	3
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	3
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	6
ASSEMBLÉIAS DE DEBENTURISTAS	6
POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES	7
EVENTOS REALIZADOS – 2010	7
AGENDA DE EVENTOS – 2011	7
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	7
ORGANOGRAMA	8
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO	8
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	9
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS	9
INFORMAÇÕES RELEVANTES	9
PRINCIPAIS ASPECTOS	10
PRINCIPAIS RUBRICAS	12
ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	13
ANÁLISE DA GARANTIA	17
PARECER	17
DECLARAÇÃO	17

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA

Denominação Comercial:	TRACTEBEL ENERGIA S.A.
Endereço da Sede:	Rua Antonio Dib Mussi, 366 - Centro 88015-110 – Florianópolis - SC
Telefone / Fax:	(48) 3221-7221 / (48) 3221-7002
D.R.I.:	Eduardo Antonio Gori Sattamini
CNPJ:	02.474.103/0001-19
Auditor:	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Atividade:	Energia Elétrica
Categoria de Registro:	Categoria A

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Registro CVM nº:	1ª série CVM/SRE/DEB/2005/024 – 11 de maio de 2005; 2ª série CVM/SRE/DEB/2005/025 – 11 de maio de 2005;
Situação da Emissora:	Adimplente com as obrigações pecuniárias;
Código do Ativo:	CETIP: TBLE11 e TBLE21; CBLC:TBLED11 e TBLED21;
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.;
Coordenador Líder:	Banco ABN Amro Real S.A.;
Data de Emissão:	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 02 de maio de 2005;
Data de Vencimento:	As debêntures da 1ª série têm prazo de vigência de 06 (seis) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de maio de 2011. As debêntures da 2ª série têm prazo de vigência de 05 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de maio de 2010;
Quantidade de Debêntures:	Foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures no âmbito da emissão, sendo que 14.000 (quatorze mil) debêntures foram alocadas na 1ª série da emissão e 6.000 (seis mil) debêntures foram alocadas na 2ª série da emissão, conforme definido em procedimento de bookbuilding conduzido pelas instituições financeiras responsáveis pela coordenação e colocação da Oferta e ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora na RCA;
Número de Séries:	A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Valor Total da Emissão:	O valor total da emissão é R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na data de emissão;
Valor Nominal:	O valor nominal das debêntures, na data de emissão, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
Forma:	As debêntures são da forma nominativa escritural;
Espécie:	As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer garantia;
Conversibilidade:	As debêntures não são conversíveis em ações;
Permuta:	Não se aplica a presente emissão;
Poder Liberatório:	Não se aplica a presente emissão;
Opção:	Não se aplica a presente emissão;
Negociação:	As debêntures foram registradas para subscrição no mercado primário no SDT e no mercado secundário no SND, atualmente ambos administrados e operacionalizados pela CETIP e (ii) no Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Atualização do Valor Nominal:	O valor nominal das debêntures da 1ª série é atualizado pela variação do IGP-M, apurado e divulgado pela FGV, a partir da data de emissão;
Pagamento da Atualização:	O pagamento da atualização do valor nominal das debêntures da 1ª série será devido anualmente, sempre no dia 02 de maio, tendo sido realizado o primeiro pagamento no dia 02 de maio de 2006, juntamente com a remuneração;
Remuneração - 1ª série:	As debêntures da 1ª série fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de 9,29% (nove inteiros e vinte e nove centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures atualizado pelo IGP-M;
Pagamento da Remuneração - 1ª série:	A remuneração das debêntures da 1ª série será devida anualmente, sempre no dia 02 de maio, tendo sido realizado o primeiro pagamento no dia 02 de maio de 2006;
Remuneração - 2ª série:	As debêntures da 2ª série fazem jus a uma remuneração equivalente à acumulação de 103,90% (cento e três inteiros e noventa centésimos por cento) das taxas médias dos depósitos interfinanceiros DI de um dia;
Pagamento da Remuneração - 2ª série:	A remuneração das debêntures da 2ª série será devida semestralmente, sempre no dia 2 dos meses de maio e novembro de cada ano, tendo sido realizado o primeiro pagamento no dia 02 de novembro de 2005;
Amortização:	O valor nominal unitário das debêntures não será amortizado antecipadamente, sendo pago exclusivamente ao final do prazo de vigência das debêntures, ou seja, na data de vencimento;

Fundo de Amortização:	Não se aplica a presente emissão;	
Prêmio:	Não se aplica a presente emissão;	
Repactuação:	Não se aplica a presente emissão;	
Aquisição facultativa:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as debêntures de quaisquer das séries em circulação, por preço não superior ao valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de Emissão ou da Data de Pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso.	
Resgate Antecipado:	Não se aplica a presente emissão;	
Vencimento Antecipado:	<p>O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da escritura de emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da remuneração, na ocorrência dos seguintes eventos, observadas as cláusulas 4.12.2. a 4.12.4. da escritura de emissão:</p> <p>pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de concordata preventiva, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora;</p> <p>falta de pagamento, pela Emissora, da remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanada em 02 (dois) dias corridos contados da respectiva data de vencimento;</p> <p>liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;</p> <p>inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, que não as descritas no item (b) acima, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;</p> <p>não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;</p> <p>protesto de títulos no valor unitário ou agre-</p>	<p>gado, de, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias corridos;</p> <p>vencimento antecipado de qualquer dívida Emissora decorrente de inadimplemento contratual, no montante individual ou agregado, de, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);</p> <p>cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por titulares de debêntures representando a maioria das debêntures em circulação ou (b) se for garantido o direito de resgate aos titulares de debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;</p> <p>caso o controle acionário da Emissora, de forma direta e/ou indireta, deixe de ser da Suez S.A., sociedade anônima, organizada e existente de acordo com as Leis da França, com sede em Paris, França;</p> <p>no caso de alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de geração de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade instalada da Emissora na data de emissão e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Emissora;</p> <p>intervenção ou perda da concessão/autORIZA-</p>

ção da Emissora, conforme o caso, para explorar atividades relacionadas à geração de energia;

redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos titulares de debêntures em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos parágrafo terceiro do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.5. da escritura de emissão;

pagamento de dividendos, juros sobre capital

próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se a Emissora estiver em mora com as suas obrigações pecuniárias referidas na escritura de emissão; e

não observância, pela Emissora, enquanto houver debêntures em circulação, dos índices e limites financeiros, conforme abaixo nas obrigações adicionais da Emissora.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados com a 1ª Emissão poderiam ser destinados para pagamento antecipado de dívidas em moeda estrangeira da Emissora e/ou de quaisquer de suas subsidiárias (contraídas para o desenvolvimento regular de suas atividades), que tivessem vencimentos em longo prazo (até 2015) e estariam atreladas à remuneração que variasse entre Taxa LIBOR, acrescida de spread de 4% (quatro por cento) ao ano, e Taxa LIBOR acrescida de spread de 4,375% (quatro vírgula trezentos e setenta e cinco por cento) ao ano.

Conforme o demonstrativo abaixo o montante líquido captado foi de R\$198.981.075,91 (cento e noventa e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil, setenta e cinco reais e noventa e um centavos).

Montante da Emissão (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)*	Montante Líquido para Emissora (R\$)
200.000.000,00	1.178.707,61	198.821.292,35

Custo da Distribuição*	Montante (em R\$)
Comissões	800.000,00
Taxa de Registro na CVM	165.740,00
Despesas com publicação	128.601,91
Outras Despesas	84.365,74
TOTAL	1.178.707,61

Sendo assim, a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio desta 1ª emissão foram destinados para aumento de capital na controlada Companhia Energética Meridional – CEM, para propiciar, àquela Companhia, o pré-pagamento dos Contratos de Empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

ASSEMBLÉIAS DE DEBENTURISTAS

No decorrer do exercício de 2010, não foram realizadas Assembléias de Debenturistas.

POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES

1ª Série

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário
31/12/2010	R\$ 10.744,387500	R\$ 663,576466	R\$ 11.407,963966
31/12/2009	R\$ 9.935,792100	R\$ 606,202259	R\$ 10.541,994359

Data	Debêntures em Circulação	Debêntures em Tesouraria	Total em Circulação
31/12/2010	14.000	0	R\$ 159.711.495,52
31/12/2009	14.000	0	R\$ 147.587.921,03

2ª Série

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário
02/05/2010	R\$ 10.000,000000	R\$ 439,691099	R\$ 10.439,691099
31/12/2009	R\$ 10.000,000000	R\$ 140,786200	R\$ 10.140,786200

Data	Debêntures em Circulação	Debêntures em Tesouraria	Total em Circulação
02/05/2010	6.000	0	R\$ 62.638.146,59
31/12/2009	6.000	0	R\$ 60.844.717,20

EVENTOS REALIZADOS – 2010

1ª Série

Data	Evento	Valor Unitário
02/05/2010	Remuneração	R\$ 947,85
02/05/2010	Atualização Monetária	R\$ 288,22

2ª Série

Data	Evento	Valor Unitário
02/05/2010	Remuneração	R\$ 439,69
02/05/2010	Principal	R\$ 10.000,00

AGENDA DE EVENTOS – 2011

Data	Evento
02/05/2011	Remuneração, Atualização Monetária e Principal da 1ª Série

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

No decorrer do exercício de 2010, a Emissora cumpriu, regularmente e dentro dos prazos, a todas as obrigações previstas na escritura de emissão.

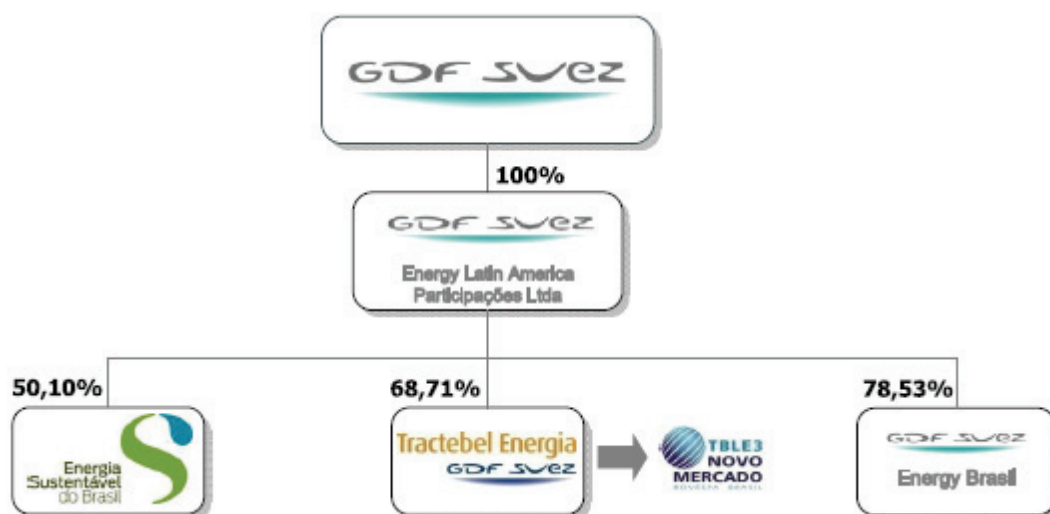
A Emissora, enquanto houver debêntures em circulação, deverá observar os seguintes índices e limites financeiros, sob pena de vencimento antecipado da emissão:

- a. Na data de cada balanço trimestral da Emissora, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 04 (quatro) trimestres da Emissora e o somatório das despesas financeiras consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,0; e
- b. Na data de cada balanço trimestral, a relação entre a dívida consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 04 (quatro) trimestres da Emissora não poderá ser superior a 2,5.

Segue abaixo quadro demonstrativo dos *Covenants* financeiros desta emissão no exercício de 2010:

		1º Trim.10	2º Trim.10	3º Trim.10	4º Trim.10
(1)	EBITDA Consolidado	2.281.655,00	2.370.677,00	2.467.904,00	2.611.477,00
(2)	Despesas Financeiras	400.735,00	457.415,00	509.155,00	559.469,00
(3)	Dívida Consolidada	3.206.557,00	3.065.507,00	4.275.778,00	4.443.920,00
(i)	(1) / (2) > ou = 2,0	5,69	5,18	4,85	4,67
(ii)	(3) / (1) < ou = 2,5	1,41	1,29	1,73	1,70

ORGANOGRAMA



PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

A Tractebel Energia atua na geração e comercialização de energia elétrica, por meio da implantação e operação de usinas, sendo a maior empresa privada do Brasil.

A Companhia tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, e está presente no setor elétrico desde 1998. Em 31 de dezembro de 2010, seu capital social totalizava R\$ 2.445,8 milhões e era composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código TBLE3. Além disso, a Tractebel possui um programa de ADRs

(American Depositary Receipts) Nível I, negociados no mercado de balcão norte americano sob o código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária. Seu controle acionário é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações, que responde por 68,71% do capital social da Tractebel e é subsidiária do grupo franco belga GDF SUEZ, um dos líderes mundiais em energia, água e gestão de resíduos.

Seu parque gerador tem capacidade instalada própria total de 6.472,0 MW e é composto por 21 usinas, sendo 18 integralmente controladas pela Tractebel, das quais seis são

hidrelétricas, seis termelétricas e seis complementares – uma a biomassa, duas eólicas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). As usinas hidrelétricas Itá e Machadinho, e a Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, movida a biomassa, são exploradas por meio de consórcios com outras empresas, e, considerando se que são usinas operadas pela Tractebel Energia, a capacidade instalada total operada pela Companhia equivale a 7.543,0 MW.

Em 2010, duas novas usinas entraram em operação: a PCH Areia Branca (MG), com capacidade instalada de 19,8 MW, e a Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética (SP), que gera energia a partir do bagaço de cana de açúcar e conta com uma capacidade instalada de 33,0 MW. Além disso, as usinas hidrelétricas Estreito e Jirau estão em

construção e deverão agregar 2.164,1 MW à capacidade instalada própria da Companhia, ou 4.537,0 MW à capacidade por ela operada. A diferença é decorrente da existência de outros sócios no Consórcio Estreito Energia (Ceste) e na empresa de propósito específico Energia Sustentável do Brasil (ESBR), que desenvolvem os projetos. Estreito tem entrada em operação prevista para 2011 e Jirau para 2012. Nesta, a parcela da GDF SUEZ Energy Latin America (50,1% da ESBR) deve ser transferida à Tractebel Energia, porém não antes do final de 2011. Este processo de transferência será realizado com o envolvimento do novo Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, de acordo com o modelo de transferência criado para conferir maior transparência à negociação e transação.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Fitch rating

Classe Emissão	Rating Atual	Rating Anterior	Última Alteração
Debêntures 1ª Emissão	AA+	AA	11/08/2010

Standard & Poors

Classe Emissão	Rating Atual	Rating Anterior	Última Alteração
Debêntures 1ª Emissão	brAA+	brAA	21/07/2010

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

No decorrer do exercício de 2010, não foram realizadas Alterações Estatutárias.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 19 de outubro de 2010, a companhia, em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, comunicou aos seus acionistas, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&F BOVESPA S.A. e ao mercado em geral, que em Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, que foi ratificada, por unanimidade dos votos, a deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 21 de

dezembro de 2009, de aquisição da totalidade das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável S.A. (“SER”) detidas pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., que representam 99,99% do capital social da SER. Em razão dessa ratificação, os acionistas que tiverem direito de retirada e desejarem exercê-lo deverão manifestar expressamente sua intenção no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da ata da Assembleia. Maiores informações

sobre o direito de recesso constam do anexo 20 da Instrução CVM n.º 481/2009, que se encontra à disposição dos acionistas nos sites da Companhia, da CVM e da BM&FBovespa, sendo que a data de início e término para o exercício do direito de recesso e demais orientações quanto aos procedimentos a serem adotados pelos acionistas serão divulgadas oportunamente por meio de um aviso aos acionistas específico.

Em 27 de outubro de 2010, a companhia, em atendimento ao disposto na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Assembleia Geral Extraordinária da Tractebel Energia S.A. realizada em 19 de outubro de 2010 ratificou, sem restrição e por unanimidade dos votos, a operação de aquisição da totalidade das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável S.A. (“SER”) anteriormente detidas pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. Ato contínuo, foi efetuado, em 25 de outubro de 2010, após o atendimento de todas as obrigações precedentes, o pagamento de R\$ 328.801.731,24 (trezentos e vinte e oito milhões, oitocentos e um mil, setecentos e trinta e um Reais e vinte e quatro centavos), valor referente à segunda parcela da aquisição e corrigido conforme condições anunciadas em Fato Relevante divulgado em 21 de dezembro de 2009.

A SER é detentora da participação de 40,07% do Consórcio Estreito Energia, criado para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, localizado no Rio Tocantins e que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW.

Em 03 de fevereiro de 2011, a companhia, em atendimento às disposições da Instrução CVM n.º 358/2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que os Conselhos de Administração da GDF Suez S.A., companhia

francesa de capital aberto com sede na 1 place Samuel de Champlain – 92400 Courbevoie, França (“GDF SUEZ”) – da qual a Tractebel é subsidiária indireta - e da International Power PLC, companhia constituída sob as leis da Inglaterra, com sede na Senator House, 85 Queen Victoria Street, London EC4V 4DP, Reino Unido (“IP”) anunciaram nesta data que a combinação entre certos ativos da GDF SUEZ, relacionados às atividades internacionais de energia da GDF SUEZ (fora da Europa) e certos ativos no Reino Unido e na Turquia, incluindo a participação indireta da GDF SUEZ na Tractebel (coletivamente “Ativos Internacionais de Energia da GDF SUEZ”), de um lado, e a IP, de outro lado (“Combinação”), foi consumada. No contexto da Combinação, a GDF SUEZ, por meio de sua subsidiária Electrabel e certas outras de suas subsidiárias, subscreveu novas ações de emissão da IP, representativas de 70% (setenta por cento) do capital votante e total da IP (a qual assim se tornou uma subsidiária indireta da GDF SUEZ), para subsequentemente integralizá-las por meio da contribuição dos Ativos Internacionais de Energia da GDF SUEZ à IP.

A Combinação tem como objetivo, entre outros, melhorar substancialmente a posição estratégica tanto da IP quanto da GDF SUEZ, por meio da criação da líder mundial em geração independente de energia.

Não obstante, a Combinação não deverá modificar ou afetar, de nenhuma forma, a estrutura do mercado de eletricidade brasileiro – considerando que a IP não desempenhava nenhuma atividade de geração, transmissão ou distribuição de eletricidade ou qualquer outra atividade no Brasil ou em qualquer outra jurisdição na América Latina. A Combinação não constituiu alienação de controle em relação à Tractebel, a qual continua sendo uma subsidiária indireta da GDF SUEZ.

PRINCIPAIS ASPECTOS

Desempenho Operacional

Disponibilidade

Em 2010, as usinas operadas pela Tractebel alcançaram o patamar de 98,3% de disponibilidade, desconsiderando se as paradas programadas, sendo 99,5% na geração

hidrelétrica, 92,5% na termelétrica e 93,9% considerando se as usinas complementares, ou seja, PCHs, eólicas e as térmicas movidas a biomassa. Consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 94,3%, sendo 95,9% para as hidrelétricas,

87,3% para as termelétricas e 85,2% para as complementares.

Produção

A produção total de energia elétrica alcançou 42.986 GWh (4.907 MW médios) em 2010, sendo 37.047 GWh (4.229 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 5.421 GWh (619 MW médios) das termelétricas e 518 GWh (59 MW médios) das usinas complementares. Em relação a 2009, houve um aumento significativo de geração total, de 35,3%, constituindo se em novo recorde, o que pode ser atribuído em grande parte a um período favorável de chuvas, em todas as regiões do Brasil. O incremento de geração nas usinas hidrelétricas foi de 35,9%; nas termelétricas, de 29,8%; e nas complementares, de 55,1%, aumento este parcialmente explicado pela entrada em operação da PCH Areia Branca e da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética. A geração total da Tractebel no ano superou em 23,8% o antigo recorde, obtido em 2008.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico financeiro. Essa característica deve se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participan-

tes. Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

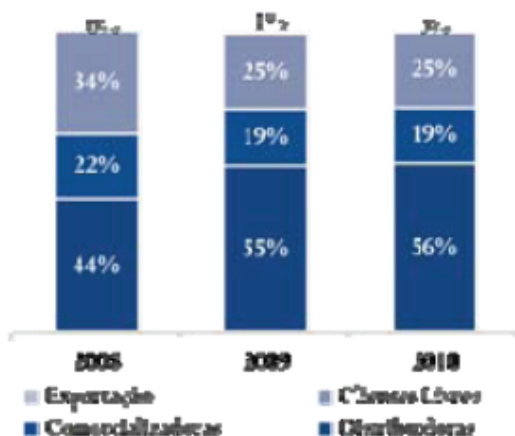
Clientes

A carteira de clientes da Tractebel é diversificada, abrangendo vendas às distribuidoras por meio de leilões de energia organizados pelo Governo, e também comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), estes atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume e à duração. Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre os diferentes setores da economia.

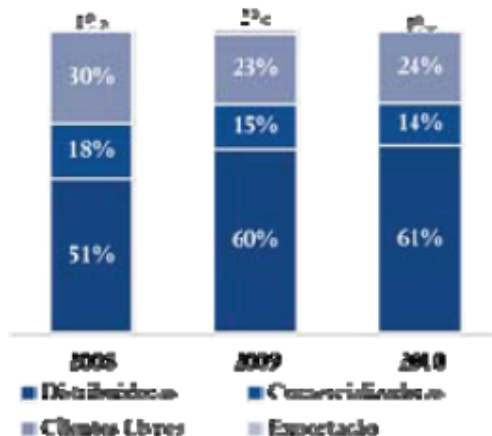
Mantendo um relacionamento estreito com seus clientes, a Companhia consegue detectar suas necessidades e, assim, desenvolver produtos e serviços individualizados que contribuem para a sua fidelização.

A participação dos clientes livres nas vendas físicas manteve se estável em 25,0% ao final de 2010. Já a participação desses clientes na receita bruta relativa às vendas contratadas sofreu acréscimo de 0,3 p.p. ao registrar 23,6% em 2010.

Participação de Clientes nas Vendas Físicas

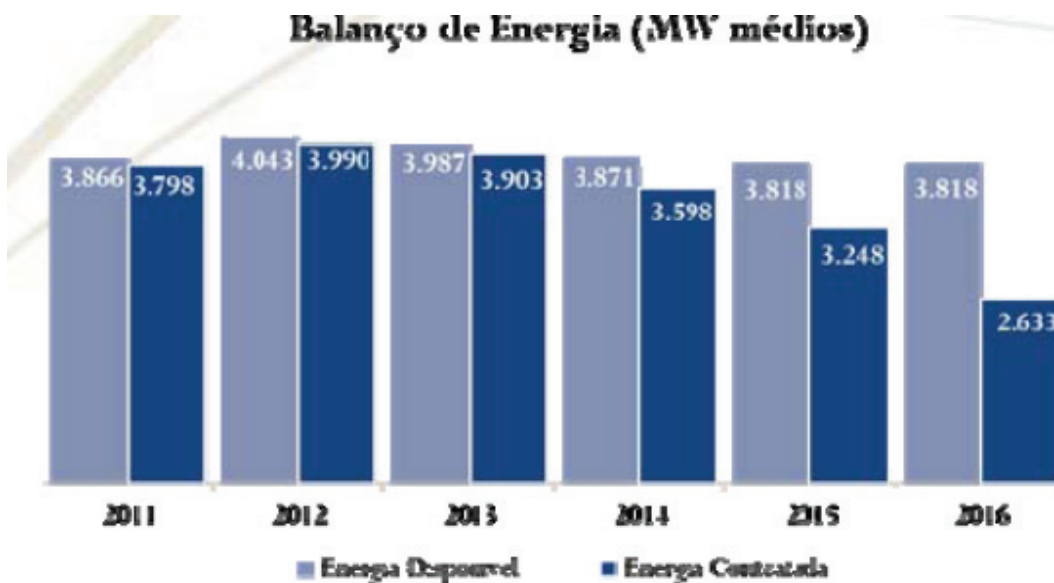


Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que Compõem a Renda Operacional Bruta



Balanço de Energia

A Companhia tem como estratégia de comercialização a venda gradativa da energia disponível para determinado ano de forma a amortecer o risco de ficar exposto ao preço spot (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD) daquele ano. As vendas são feitas dentro das “janelas” de oportunidade que se apresentam quando o mercado se mostra com maior propensão a comprar. De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2010, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2013, inclusive.



PRINCIPAIS RUBRICAS

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - R\$ MIL

ATIVO	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%
ATIVO CIRCULANTE	943.749	9,7%	1.872.885	17,1%	1.906.733	14,8%
Caixa e equivalentes de caixa	420.005	4,3%	1.254.640	11,5%	1.082.580	8,4%
Aplicações financeiras	1.414	0,0%	33.511	0,3%	81.553	0,6%
Contas a receber	405.027	4,2%	435.292	4,0%	531.106	4,1%
Estoques	58.788	0,6%	44.652	0,4%	46.032	0,4%
Tributos a recuperar	27.035	0,3%	72.920	0,7%	91.818	0,7%
Outros ativos circulantes	31.480	0,3%	31.870	0,3%	73.644	0,6%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	764.665	7,9%	806.242	7,4%	872.025	6,8%
Aplicações financeiras	25.162	0,3%	63.738	0,6%	51.244	0,4%
Contas a receber	68.469	0,7%	86.886	0,8%	86.886	0,7%
Tributos diferidos	307.567	3,2%	311.330	2,8%	328.240	2,6%
Outros ativos não circulantes	363.467	3,7%	344.288	3,1%	405.655	3,2%
PERMANENTE	8.008.976	82,4%	8.255.262	75,5%	10.071.530	78,4%
Imobilizado	7.882.261	81,1%	8.137.229	74,4%	9.976.009	77,6%
Intangível	126.715	1,3%	118.033	1,1%	95.521	0,7%
Diferido	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	9.717.390	100,0%	10.934.389	100,0%	12.850.288	100,0%

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - R\$ MIL

PASSIVO	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	1.912.434	19,7%	1.406.428	12,9%	2.259.838	17,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	37.759	0,4%	41.233	0,4%	54.881	0,4%
Fornecedores	212.367	2,2%	246.117	2,3%	268.851	2,1%
Obrigações fiscais	404.108	4,2%	411.616	3,8%	457.937	3,6%
Empréstimos e financiamentos	671.913	6,9%	221.346	2,0%	189.414	1,5%
Debêntures	60.591	0,6%	126.407	1,2%	905.017	7,0%
Outras obrigações	515.434	5,3%	347.032	3,2%	372.872	2,9%
Provisões	10.262	0,1%	12.677	0,1%	10.866	0,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.904.769	40,2%	5.078.913	46,4%	5.517.766	42,9%
Empréstimos e financiamentos	1.580.325	16,3%	1.465.106	13,4%	2.567.145	20,0%
Debêntures	665.744	6,9%	1.601.783	14,6%	782.344	6,1%
Outras obrigações	1.055.343	10,9%	1.424.668	13,0%	1.579.170	12,3%
Tributos diferidos	480.679	4,9%	459.938	4,2%	445.691	3,5%
Provisões	122.678	1,3%	127.418	1,2%	143.416	1,1%
PATRIMÔNIO LIQUIDO	3.900.187	40,1%	4.449.048	40,7%	5.072.684	39,5%
Capital social realizado	2.445.766	25,2%	2.445.766	22,4%	2.445.766	19,0%
Reserva de capital	91.695	0,9%	91.695	0,8%	91.695	0,7%
Reserva de lucros	541.687	5,6%	1.146.518	10,5%	1.827.033	14,2%
Ajustes de avaliação patrimonial	821.039	8,4%	765.069	7,0%	708.190	5,5%
TOTAL DO PASSIVO	9.717.390	100,0%	10.934.389	100,0%	12.850.288	100,0%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2008	AV%	2009	AV%	2010	AV%
Receita de vendas de Bens e/ou serviços	3.400.250	169,0%	3.496.677	181,2%	4.100.381	185,3%
(-) Custos dos Bens e/ou serviços vendidos	(1.388.263)	(69,0%)	(1.567.320)	(81,2%)	(1.888.072)	(85,3%)
(=) Resultado Bruto	2.011.987	100,0%	1.929.357	100,0%	2.212.309	100,0%
(-) Despesas com vendas	(14.527)	(0,7%)	(14.831)	(0,8%)	(14.363)	(0,6%)
(-) Despesas gerais e adm.	(162.319)	(8,1%)	(143.711)	(7,4%)	(159.935)	(7,2%)
(+) Outras receitas operacionais	79.026	3,9%	13.077	0,7%	112.322	5,1%
(-) Outras despesas operacionais	(3.971)	(0,2%)	(6.896)	(0,4%)	(181)	(0,0%)
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.910.196	94,9%	1.776.996	92,1%	2.150.152	97,2%
(+) Receitas Financeiras	123.136	6,1%	86.883	4,5%	130.627	5,9%
(-) Despesas Financeiras	(443.812)	(22,1%)	(326.672)	(16,9%)	(559.469)	(25,3%)
(=) Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	1.589.520	79,0%	1.537.207	79,7%	1.721.310	77,8%
IR e CS sobre o Lucro	(474.367)	(23,6%)	(446.340)	(23,1%)	(509.661)	(23,0%)
(=) Resultado Líq. Operações Continuadas	1.115.153	55,4%	1.090.867	56,5%	1.211.649	54,8%
(+/-) Resultados não operacionais	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro/Prejuízo do período	1.115.153	55,4%	1.090.867	56,5%	1.211.649	54,8%

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Principais Indicadores Receita Operacional Bruta

No exercício de 2010, a receita operacional bruta alcançou R\$ 4.586,1 milhões, 18,0% superior àquela auferida em 2009, que foi de R\$ 3.886,3 milhões.

Suprimento de Energia Elétrica

A receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras, atingiu R\$ 3.238,7 milhões em 2010, 14,5% maior do que os

R\$ 2.828,3 milhões apurados no ano de 2009. A variação é explicada pelos seguintes aumentos: (i) de R\$ 259,1 milhões, em consequência da elevação do volume de vendas de 1.906 GWh (218 MW médios) para distribuidoras, substancialmente reflexo do início da vigência de contratos no mercado regulado; (ii) de R\$ 48,1 milhões ou 500 GWh (57 MW médios) para comercializadoras; e (iii) R\$ 102,3 milhões em razão do crescimento de 4,3% do preço médio da energia vendida para distribuidoras.

Fornecimento de Energia Elétrica

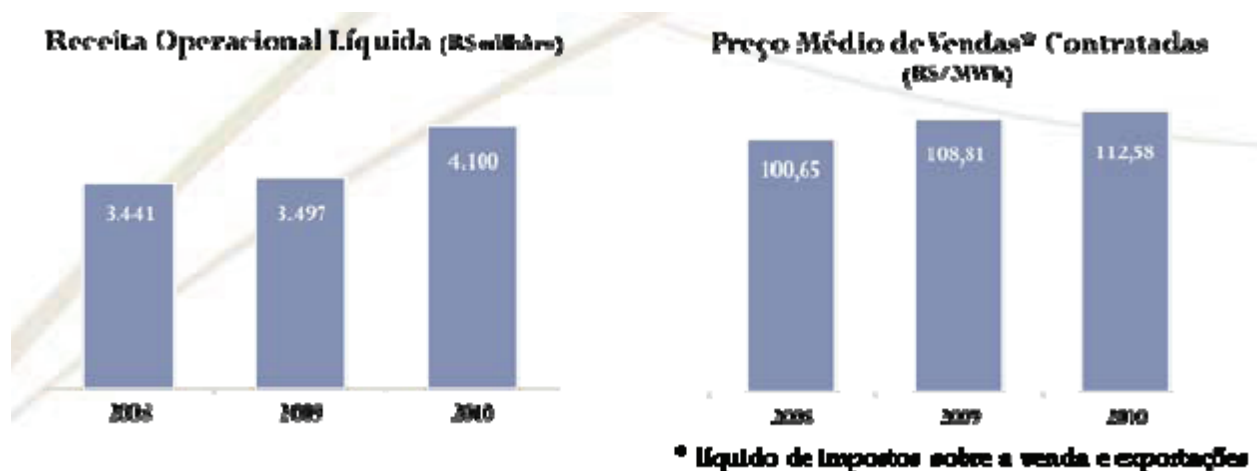
Em relação à receita de fornecimento de energia (vendas a consumidores livres), obteve-se um avanço de 15,0% entre os anos em análise, passando de R\$ 878,8 milhões em 2009 para R\$ 1.011,0 milhões em 2010. Os grandes responsáveis por esta variação foram: (i) o aumento do preço médio de venda em 5,5%, que resultou em receita adicional de R\$ 50,0 milhões; e (ii) o acréscimo no volume de venda de energia de 688 GWh (79 MW médios), advindo da ampliação do consumo das indústrias, pós crise mundial, o que representou crescimento na receita de R\$ 80,0 milhões.

Deduções da Receita Operacional

No exercício de 2010, as deduções da receita operacional atingiram R\$ 485,8 milhões, um acréscimo de 24,7% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, que foi de R\$ 389,6 milhões. As mesmas correspondiam a 10,7% e 10,2% da receita operacional bruta, respectivamente, sendo tal incremento justificado pelo aumento do PIS e da Cofins pela mudança do regime cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas aquisições) sobre a receita relativa aos contratos que venceram no período em análise, mas que tinham sido assinados anteriormente à mudança do regime de tributação.

Receita Operacional Líquida

No exercício de 2010, a receita operacional líquida alcançou o valor de R\$ 4.100,4 milhões, 17,3% acima do registrado em 2009, que foi de R\$ 3.496,7 milhões. O aumento apresentado está diretamente relacionado à evolução da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional.



O preço médio de venda de energia, excluída a exportação e líquido das deduções sobre a receita operacional bruta, passou de R\$ 108,81/MWh em 2009 para R\$ 112,58/MWh em 2010, representando uma evolução de 3,5%.

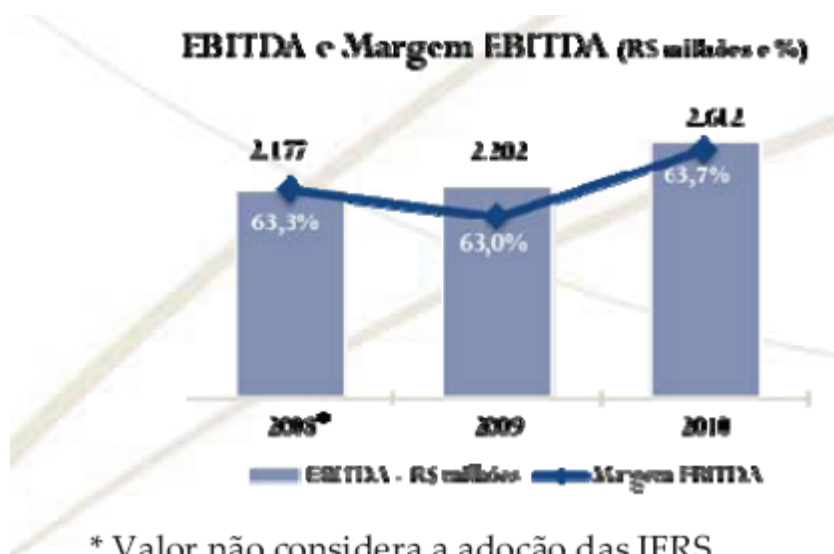
Vendas Contratadas de Energia (MW médios)



No exercício de 2010, a quantidade de energia vendida atingiu 33.838 GWh (3.863 MW médios), uma elevação de 9,5% em relação ao ano de 2009, cuja quantidade foi de 30.911 (3.529 MW médios).

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente mencionados, em 2010 o EBITDA atingiu R\$ 2.611,5 milhões, 18,6% maior em relação ao do ano anterior, que foi de R\$ 2.201,7 milhões. As margens EBITDA nos anos de 2010 e 2009 foram de 63,7% e 63,0%, respectivamente.



A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	2008*	2009	2010	Varição 2010/2009
Resultado Operacional	1.589.520	1.537.207	1.721.310	12,0%
(+/-) Resultado Financeiro	320.676	239.789	428.842	78,8%
(+) Depreciação e Amortização	266.381	424.714	461.325	8,6%
EBITDA	2.176.577	2.201.710	2.611.477	18,6%

* Valor não considera a adoção do IFRS

Resultado Financeiro

Receitas financeiras

No acumulado de 2010, as receitas financeiras foram de R\$ 130,6 milhões, R\$ 43,7 milhões superiores às de 2009, que foram de R\$ 86,9 milhões.

Despesas financeiras

No exercício de 2010, as despesas financeiras

cresceram R\$ 232,8 milhões, passando de R\$ 326,7 milhões em 2009 para R\$ 559,5 milhões em 2010.

Lucro Líquido

No exercício de 2010, o lucro líquido atingiu R\$ 1.211,6 milhões, 11,1% superior ao do ano anterior, que foi de R\$ 1.090,9 milhões.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R\$ 3.361,3 milhões, 55,6% superior aos R\$ 2.160,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2009.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e

financiamentos, totalizava R\$ 4.443,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, um incremento de 30,1% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2009. Do total da dívida no final do período, 4,8% eram em moeda estrangeira (7,2% ao final de 2009), parcela que não estava sujeita a instrumentos de hedge.

Gráfico: Composição da Dívida (Valores em R\$ mil)

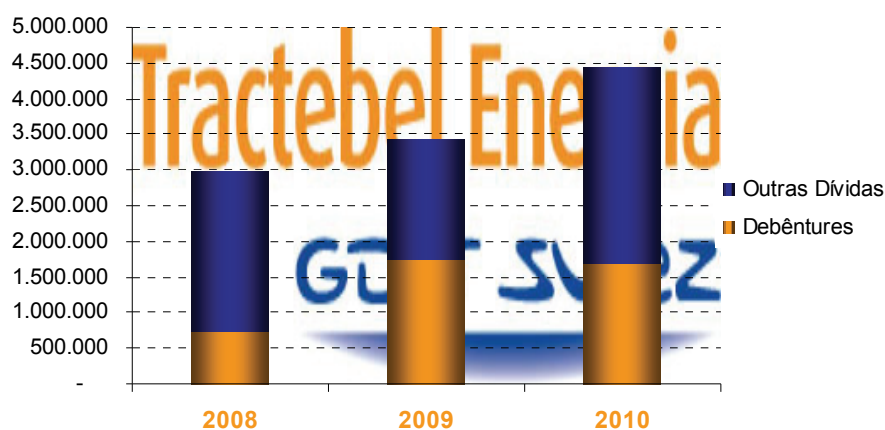
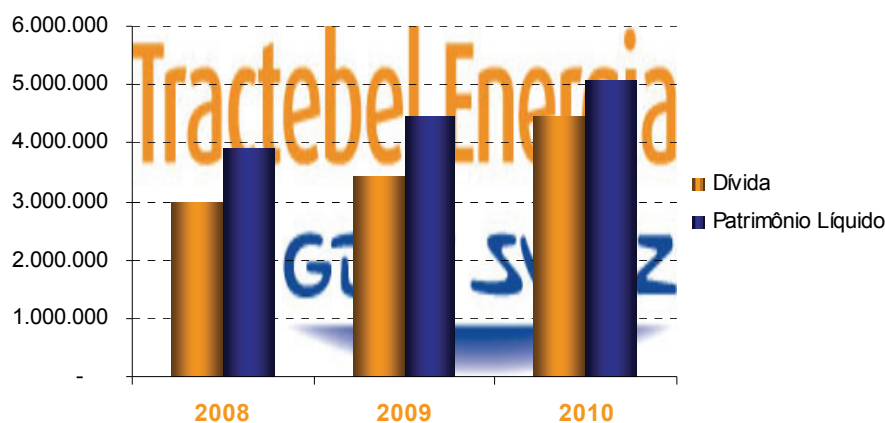


Gráfico: Dívida X PL (Valores em R\$ mil)



ANÁLISE DA GARANTIA

A presente emissão não possui garantia já, que é da espécie quirografária ou sem preferência, não possuindo privilégio algum sobre o ativo da Emissora.

PARECER

Não temos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários no exercício de 2010.

Após análise das demonstrações financeiras da Emissora auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no que diz respeito à capacidade de cumprimento de suas obrigações, a Companhia encontra-se apta a honrar seus compromissos decorrentes da Escritura de Emissão.

DECLARAÇÃO

Declaramos estar aptos e reafirmamos nosso interesse em permanecer no exercício da função de Agente Fiduciário dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 68, alínea “b” da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e no artigo 12, alínea “1”, da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1.983.

São Paulo, abril de 2011.



“Este Relatório foi elaborado visando o cumprimento do disposto no artigo 68, § primeiro, alínea “b” da Lei nº 6407/76 e do artigo 12 da Instrução CVM nº 28 /83, com base nas informações prestadas pela Companhia Emissora. Os documentos legais e as informações técnicas que serviram para sua elaboração, encontram-se a disposição dos interessados para consulta na sede deste Agente Fiduciário”